

**Comunicado**

Em conformidade com a Lei Complementar - 846, de 04-6-1998

Balanco Patrimonial - Ambulatório Médico de Especialidades de Cirurgia Ambulatorial Barretos - Ame Cirúrgico Barretos - Fundação Pio XII

**AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADE BARRETOS - UNIDADE DE CIRURGIA AMBULATORIAL  
CNPJ 49.150.352/0009-70**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2017  
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores da AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES BARRETOS - AME BARRETOS / UNIDADE DE CIRURGIA AMBULATORIAL - FUNDAÇÃO PIO XII - CNPJ 49.150.352/0009-70 - Barretos - SP - **Opinião:** Examinamos a demonstrações financeiras do AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES BARRETOS - AME BARRETOS / UNIDADE DE CIRURGIA AMBULATORIAL - FUNDAÇÃO PIO XII - CNPJ 49.150.352/0009-70, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e demonstrações de fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES BARRETOS - AME BARRETOS / UNIDADE DE CIRURGIA AMBULATORIAL - FUNDAÇÃO PIO XII - CNPJ 49.150.352/0009-70 em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assunto de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A comunicação detalhada dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor, não é requerida a essa entidade, sendo compulsória apenas para as empresas que tem ações, cotas, títulos cotados e registrados em bolsas de valores, ou negociados de acordo com os regulamentos de uma bolsa de valores reconhecida ou órgão equivalente, conforme NBC TA 701 - item 5 do Conselho Federal de Contabilidade.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da entidade é responsável por essas outras informações, sejam elas financeiras ou não financeiras (que não as demonstrações financeiras e o relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras).

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange essas outras informações e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre essas informações. Conforme NBC TA 720 - item A52, para as entidades não listadas, é facultado identificarmos neste relatório as outras informações que esperamos receber e que acompanham as demonstrações financeiras.

**Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as em decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Conforme NBC TA 700 - item 40(b) é compulsório apenas as entidades listadas, o fornecimento também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicados de independência, e comunicados de todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

A descrição em nosso relatório de auditoria, dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria, conforme NBC TA 701 - item 5 é compulsório apenas as entidades listadas. A obrigatoriedade desses assuntos às entidades listadas, não são aplicáveis a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

**Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - Em Reais**

ATIVO	NOTA	2017	2016
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa - com restrição		290.421	280.874
Aplicações financeiras - com restrição	03	1.602.531	2.250.382
Estoques		262.665	235.565
Adiantamento		28.570	21.661
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>2.184.187</b>	<b>2.788.482</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Imobilizado - com restrição	04	1.796.222	2.112.358
Intangível - com restrição		-	123
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.796.222</b>	<b>2.112.481</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>3.980.409</b>	<b>4.900.963</b>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

**Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - Em Reais**

PASSIVO	NOTA	2017	2016
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores		21.622	69.971
Obrigações sociais e fiscais	05	179.101	172.175
Provisão de férias e encargos		253.700	227.882
Provisão para contingências		500	24.000
Transações entre matriz - Filiais		12.146	9.773
Outros passivos circulantes		6.552	6.888
Projetos a executar	10	1.220.742	2.004.156
Receita diferida - Estoques	07	262.665	235.565
Receita diferida - Imobilizado	07	-	98.578
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>1.957.028</b>	<b>2.848.988</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Receita diferida - Imobilizado	07	748.426	667.427
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>748.426</b>	<b>667.427</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Patrimônio líquido		1.274.955	1.384.548
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.274.955</b>	<b>1.384.548</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>3.980.409</b>	<b>4.900.963</b>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

**Demonstração do resultado: Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 - Em Reais**

RECEITAS	Nota	2017	2016
Receita de Gestão Pública		8.640.756	7.987.190
Receita de Doações		560	493
Receita Financeira		224.413	326.747
Receita com Subvenções específicas		86.817	97.905
Reversão de Contingência		23.500	-
<b>Total de receitas</b>		<b>8.976.046</b>	<b>8.412.335</b>
<b>DESPESAS</b>			
Com pessoal e encargos		(2.493.105)	(2.415.800)
Serviços de Terceiros		(3.502.991)	(3.472.725)
Medicamentos e materiais		(2.379.999)	(1.981.242)
Depreciações		(385.375)	(395.227)
Administrativas e gerais		(315.598)	(172.099)
Contingências		-	(24.000)
Tributárias		(189)	(102)
Financeiras		(8.382)	(5.850)
<b>Total das despesas</b>		<b>(9.085.639)</b>	<b>(8.467.045)</b>
<b>Superávit/(Déficit) do exercício</b>		<b>(109.593)</b>	<b>(54.710)</b>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

**Demonstração das mutações do Patrimônio Líquido Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 Em Reais**

	Patri- mônio Social	Outras reservas	Subvenções Patrimoniais	Superávit/ déficit) do exercício	Total
<b>Saldo em 31 - 12 - 2015</b>	-	(1.922.161)	3.361.419	-	1.439.258
Superávit (Déficit) do Exercício				(54.710)	(54.710)
Transferência Superávit (Déficit) Com restrição		(54.710)		54.710	
<b>Saldo em 31 - 12 - 2016</b>	-	(1.976.871)	3.361.419		1.384.548
Superávit (Déficit) do Exercício				(109.593)	(109.593)
Transferência Superávit (Déficit) com restrição		(109.593)		109.593	
<b>Saldo em 31 - 12 - 2017</b>	-	(2.086.464)	3.361.419		1.274.955

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

**Demonstrações de fluxo de Caixa: Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - Em Reais**

	2017	2016
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Superávit (déficit) do período</b>	<b>(109.593)</b>	<b>(54.710)</b>
<b>Aumento (diminuição) dos itens que não afetam o caixa:</b>		
Depreciação e amortização	385.498	395.395
Perdas (ganhos) na alienação sobre o ativo imobilizado	-	-
Perdas (ganhos) na alienação sobre o ativo intangível	-	-
Construção de contingências	-	-
<b>Redução (aumento) do ativo</b>		
Estoques	(27.100)	42.325
Outros ativos	(6.909)	(4.675)

	2017	2016
<b>Aumento (redução) do passivo</b>		
Fornecedores	(48.349)	44.942
Obrigações sociais e fiscais	6.926	(14.170)
Provisão de Férias e encargos	25.818	(4.525)
Cheques a compensar	-	(63.863)
Contingências a pagar	(23.500)	24.000
Projetos a Executar	(783.414)	(154.443)
Receitas Diferidas - estoques	27.100	(42.325)
Receitas Diferidas - imobilizado	(17.579)	(86.241)
Transações entre filiais	2.373	(1.687)
Outros passivos circulantes	(336)	(2.248)
<b>Geração (utilização) da caixa das atividades operacionais</b>	<b>(569.065)</b>	<b>77.775</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Aquisições de investimentos	-	(11.665)
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(69.239)	-
<b>Geração (utilização) da caixa das atividades investimentos</b>	<b>(69.239)</b>	<b>(11.665)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Recebimentos de empréstimos e financiamentos	-	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-	-
<b>Geração (utilização) da caixa das atividades financiamentos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes</b>	<b>(638.304)</b>	<b>66.110</b>
Caixa e equivalentes no início do período	2.531.256	2.465.146
Caixa e equivalentes no fim do período	1.892.952	2.531.256
<b>Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes</b>	<b>(638.304)</b>	<b>66.110</b>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 Em Reais.

**1. Contexto Operacional:** A Fundação Pio XII é uma instituição sem fins lucrativos e reconhecida juridicamente como sendo de utilidade pública. Foi habilitada como Organização Social da área da saúde, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, através do Despacho do Secretário Adjunto respondendo pelo Expediente nº 107 de 10 de junho de 2009. O Ambulatório Médico de Especialidades Barretos - AME Barretos / Unidade de Cirurgia Ambulatorial oferece atividades cirúrgicas em hospital dia, e instituiu um serviço que ofereça qualidade e resolutividade. O contrato foi assinado em 25 de março de 2010, com vigência de 5 anos, sendo publicado no Diário Oficial no dia 26 de março de 2010, poder executivo, seção I. Foi assinado novo contrato no dia 09 de março de 2015, com vigência de 5 anos, sendo publicado no Diário Oficial no dia 10 de março, poder executivo, seção I.

**2. Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e levam em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade – ITG 2002 (R1) específica para Entidades sem Finalidades de Lucros e a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade para preparação de suas demonstrações financeiras. **Resumo das Principais Práticas Contábeis:** a) **Moeda funcional e de apresentação:** As Demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. b) **Auração de receitas e despesas do exercício:** As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios, e são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, Avisos Bancários, Recibos e outros. As despesas da entidade são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos em conformidade com as exigências fisco legais. c) **Estimativas contábeis:** A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas e premissas que incluem a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente. d) **Instrumentos financeiros:** Instrumentos financeiros não-derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outras obrigações. e) **Ativos circulantes e não circulantes:** Caixa e equivalentes de caixa: Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa. **Aplicações financeiras:** São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **Estoques:** São demonstrados ao custo médio de aquisição, que não excedem o custo de reposição ou valor líquido de realização. **Imobilizado:** Demonstrado ao custo de aquisição, com as respectivas depreciações registradas pelo método linear, de acordo com as taxas mencionadas na nota explicativa. **Redução ao valor recuperável:** O ativo imobilizado e o intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Entidade não identificou qualquer evidência que justifica a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2017. f) **Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. **Provisões:** As provisões são reconhecidas, quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. g) **Aplicação de recursos:** Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

### 3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS COM RESTRIÇÃO:

	2017	2016
Aplicações em fundos de investimentos	1.602.531	2.250.382
<b>Total</b>	<b>1.602.531</b>	<b>2.250.382</b>

O Contrato de Gestão estabelece, como requisito, que os excedentes financeiros deverão ser aplicados integralmente na realização de seus objetos, sendo vedada, em qualquer hipótese, a distribuição de bens ou de parcelas do patrimônio social. Dessa forma, a diretoria irá utilizar integralmente o saldo acumulado da conta superávit do exercício e dos valores registrados em aplicações financeiras na consecução do respectivo objeto social.

### 4. MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO COM RESTRIÇÃO:

Descrição:	Taxa Anual %	Saldo 31.12.16 R\$	Adições R\$	Baixas R\$	Transf. R\$	Saldo 31.12.17 R\$
<b>Custo</b>						
Veículos	20	90.057	-	-	-	90.057
Móveis e utensílios	10	406.815	6.239	-	-	413.054
Computadores e periféricos	20	588.181	-	-	-	588.181
Máquinas e equipamentos	10	3.572.760	63.000	-	-	3.635.760
Biblioteca		266	-	-	-	266
<b>Total</b>		<b>4.658.079</b>	<b>69.239</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.727.318</b>
<b>Depreciação Acumulada</b>						
Veículos		(90.057)	-	-	-	(90.057)
Móveis e utensílios		(151.940)	(27.515)	-	-	(179.455)
Computadores e periféricos		(329.948)	(2.938)	-	-	(332.886)
Máquinas e equipamentos		(1.973.656)	(354.895)	-	-	(2.328.551)
Biblioteca		(120)	(27)	-	-	(147)
<b>Total</b>		<b>(2.545.721)</b>	<b>(385.375)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.931.096)</b>
<b>TOTAL</b>		<b>2.112.358</b>	<b>(316.136)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.796.222</b>

### 5. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS:

	2017	2016
Salários a pagar	103.690	101.322
INSS a recolher	12.676	14.512
FGTS a recolher	26.429	25.964
Outros	36.306	30.377
<b>Total</b>	<b>179.101</b>	<b>172.175</b>

### 6. CONVÊNIOS E SUBVENÇÕES ESPECÍFICAS:

Durante os exercícios de 2017 e de 2016 a entidade recebeu subsídios através de Contrato de Gestão firmado com Órgãos estaduais cujos valores contabilizados em receita:

	2017	2016
Contrato de Gestão (processo) nº 001.0500.000.054/2016	7.955.088	-
Contrato de Gestão (processo) nº 001.0500.000.067/2015	-	7.802.088
<b>Total</b>	<b>7.955.088</b>	<b>7.802.088</b>

### 7. RECEITAS DIFERIDAS:

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade está contabilizando os valores decorrentes de aquisição de estoque e imobilizados nos moldes da NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, conforme abaixo:

	2017	2016
Receitas diferidas - passivo circulante	262.665	334.143
Receitas diferidas - passivo não circulante	748.426	667.427
<b>Total</b>	<b>1.011.091</b>	<b>1.001.570</b>

### 8. APLICAÇÃO DE SUBVENÇÕES E CONVÊNIOS ESPECÍFICOS:

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade está demonstrando a aplicação dos recursos e as responsabilidades decorrentes de tais recursos, conforme abaixo:

#### POSIÇÃO EM 31-12-2017 - EM REAIS.

Modalidade e Órgão	Projeto	Responsabilidades decorrentes	Recebido R\$	Aplicado R\$
Contrato de Gestão (Termo Aditivo) nº 01/2017, (Termo Aditivo) nº 02/2017 e (Termo Aditivo) nº 03/2017 / Secretaria de Estado da Saúde – Coordenadoria de Gestão de Contratos de Serviços de Saúde	Operacionalização da gestão e execução, pela contratada, das atividades e serviços de saúde no Ambulatório Médico de Especialidades Barretos – AME Barretos / Unidade de Cirurgia Ambulatorial.	Prestar os serviços de saúde conforme Anexo Técnico I do Contrato de Gestão; Dar atendimento exclusivo aos usuários do SUS; Administrar os bens móveis e imóveis cujo uso lhe fora permitido, entre outras.	7.955.088	9.085.639

#### POSIÇÃO EM 31-12-2016 - EM REAIS.

Modalidade e Órgão	Projeto	Responsabilidades decorrentes	Recebido R\$	Aplicado R\$
Contrato de Gestão (Termo Aditivo) nº 01/2014 / e (Termo Aditivo) nº 02/2014 / Secretaria de Estado da Saúde – Coordenadoria de Gestão de Contratos de Serviços de Saúde	Operacionalização da gestão e execução, pela contratada, das atividades e serviços de saúde no Ambulatório Médico de Especialidade Barretos – AME Barretos / Unidade de Cirurgia Ambulatorial	Prestar os serviços de saúde conforme Anexo Técnico I do Contrato de Gestão; Dar atendimento exclusivo aos usuários do SUS; Administrar os bens móveis e imóveis cujo uso lhe fora permitido, entre outras.	7.802.088	8.467.045

### 9. RENÚNCIA FISCAL:

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade tem os tributos mencionados abaixo como base de sua renúncia fiscal: INSS Quota Patronal, PIS sobre receitas, COFINS sobre receitas, ISS sobre receitas, IPTU, IRPJ, CSLL, IRRF s/ aplicações financeiras.

### 10. PROJETOS A EXECUTAR

Os valores registrados no passivo decorrentes aos Projetos em 2017 no montante de R\$ 1.220.742 serão executados em 2018 (Em 2016 - R\$ 2.004.156) para compra de materiais médico-hospitalares, medicamentos e de consumo conforme as necessidades do Ambulatório e verbas rescisórias em caso de rescisão do contrato de Gestão, bem como a manutenção preventiva, eventual substituição dos equipamentos e serviços.

### 11. EXECUÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO:

Foram executadas seguintes atividades em 2017:

#### 11.a DEMONSTRATIVO DE PRODUÇÃO:

DESCRIÇÃO	REALIZADO
nº de consultas médicas	13.443
nº de consultas/procedimentos terapêuticos não médicos	4.824
nº de cirurgias	8.583
nº de SADT Externo	-

#### 11.b COMPARATIVO DE META E PRODUÇÃO:

DESCRIÇÃO	CONTRATADO	REALIZADO	%
nº de Primeiras Consultas	2.400	2.577	7,38
nº de Interconsultas Médicas	6.000	6.148	2,47
nº de Consultas Subseqüentes Médicas	3.600	4.718	31,06
nº de Consultas não Médicas	4.200	4.824	14,86
nº de Cirurgias de Maior Complexidade (CMA)	6.180	6.355	2,83
nº de Cirurgias de Menor Complexidade (cma)	1.800	2.228	23,78
nº de SADT Externo	-	-	-

Foram executadas seguintes atividades 2016:

#### 11.a DEMONSTRATIVO DE PRODUÇÃO:

DESCRIÇÃO	REALIZADO
nº de consultas médicas	13.592
nº de consultas/procedimentos terapêuticos não médicos	4.791
nº de cirurgias	7.672
nº de SADT Externo	-

#### 11.B COMPARATIVO DE META E PRODUÇÃO:

DESCRIÇÃO	CONTRATADO	REALIZADO	%
nº de Primeiras Consultas	3.600	2.444	(32,11)
nº de Interconsultas Médicas	2.400	6.135	155,63
nº de Consultas Subseqüentes Médicas	6.000	5.013	(16,45)
nº de Consultas não Médicas	4.800	4.791	(0,19)
nº de Crurgias de Maior Complexidade (CMA)	6.270	5.853	(6,65)
nº de Cirurgias de Menor Complexidade (cma)	1.800	1.819	1,06
nº de SADT Externo	-	-	-

Henrique Duarte Prata	Michel Jorge Hayek
Presidente do Conselho de Administração	Técnico em Contabilidade CRC 1SP 194766/0-8
	CPF 444.167.258-68

São Paulo, 24 de janeiro de 2018. SGS Auditores Independentes - CRC 2 SP 020.277/O-5 Presley José Godoy - CRC 1 SP 185.052/O-5